



**PREFEITURA DE PATOS DE MINAS**  
**SPCP - Sistema de Protocolo e Controle de Processos**  
**Relatório de Comprovante de Encaminhamento**

Emissão: 13.02.2015

N.º Proc.: 2644/ 2015 14:58

**Identificação**

Contribuinte	V.SANTANA AGENCIA WEB E SISTEMA LTDA-ME	CPF	15145494000170
Rua - Av	MA	Numero	105
Complemento	QUADRA 1-22	CEP.:	74075-470
Bairro	S. JOSE AFR. PORTO		
Cidade	GOIÂNIA		
Tipo de Processo	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Assunto	licitações em geral		
SubAssunto	IMPUGNAÇÃO DE EDITAL		
Contato			
Identificação			
Justificativa...	IMPUGNAÇÃO DE EDITAL		

**Situação**

Requerimento: ☐ Deferido ☐ Indeferido ☐ Arquive-se

Assinatura Requerente:

**Observações**

**Fluxo do Processo**

Protocolo de Processo  
Secretaria Municipal de Licitação  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Comissão Permanente de Licitação  
Seção de compras e Licitação

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MINAS GERAIS.**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL  
CONCORRÊNCIA nº 016/2014**

Impugnante: V.SANTANA AGENCIA WEB E SISTEMAS LTDA.

**VSANTANA AGENCIA WEB E SISTEMAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **15.145.494/0001-70**, localizada na Rua 31 A, Nº105, Setor Aeroporto, Goiânia-GO, CEP. 74.075-470, por seu representante infra assinado, vem, oportunamente, com súpero acatamento e o costumeiro respeito, à presença de Vossa Senhoria, na forma da Legislação Vigente, impetrar a devida **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA CONCORRÊNCIA** supracitado, com base nos fatos e fundamentos que passa a descrever:

**I – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

1. O respeitável julgamento da impugnação administrativa aqui apresentada recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa Impugnante confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade, a ser praticada no julgamento em questão, evitando assim a busca pelo Poder Judiciário, para a devida apreciação deste Processo Administrativo, no qual restará amplamente demonstrado o Direito Liquido e Certo desta empresa.

**II – DO PLENO DIREITO A IMPUGNAÇÃO**

2. A Impugnante faz constar o seu pleno direito a IMPUGNAÇÃO ao Edital de Licitação ora combatido, por contrariar os Princípios da Legalidade, Lealdade e boa-fé, da Razoabilidade, e, sobremaneira, o Princípio da Igualdade.

3. Neste passo, sobre o direito a impugnação:

**CONCORRÊNCIA Nº 016/2014**

**7 – DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**  
[Omissis]

*7.2 – As impugnações e os recursos deverão ser protocolados na Seção de Protocolo do Município de Patos de Minas – MG, acompanhados de procuração ou contrato social. Os mesmos poderão ser enviados via fac-símile (34 3822-9615), ou digitalizado, via e-mail ([licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br)), com a remessa do original, via correio, dentro do prazo legal.*

A lei 8666/93, em seu artigo 41, parágrafo 2º prescreve:

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

*§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

4. Desta forma como a data de abertura do Edital é dia 19.02.2015, às 08:30h, é plenamente tempestiva a presente Impugnação.

### III – DA SÍNTESE DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS

#### III.1 – DA HABILITAÇÃO

5. A Habilitação tem por finalidade demonstrar a existência legal da empresa, legitimidade de sua representação e aptidão para assumir obrigações com a Administração.

6. Ora, a habilitação é uma das etapas mais importantes nos processos de licitações, não se devendo negligenciar esta fase, porquanto a não satisfação das exigências necessárias para participar nas licitações, apresentando a documentação e condições elencadas, e exigidas na Lei 8666/93, ilide a declaração de vencedor, mesmo que seu preço seja o mais competitivo.

7. Neste passo, ressalte-se que é dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, **EXIGIR DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO COMPATÍVEIS COM O RAMO DO OBJETO LICITADO, ESPECIALMENTE AQUELES QUE COMPROVEM A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E A CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

##### a) da ilicitude - descumprimento de requisitos legais

8. *A priori*, importa destacar que se verifica do Edital ora impugnado que foram ignorados requisitos e parâmetros obrigatórios, por força da Lei Geral de Licitações, quais fossem:

*Art. 27. Para a habilitação nas licitações EXIGIR-SE-Á dos interessados, EXCLUSIVAMENTE, documentação relativa a:*

*I - habilitação jurídica;*

*II - qualificação técnica;*

*III - qualificação econômico-financeira;*

*IV - regularidade fiscal.*

*IV – regularidade fiscal e trabalhista; (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)*

*V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (grifos inexistentes no original) -*

*Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:*

*I - cédula de identidade;*

*II - registro comercial, no caso de empresa individual;*

*III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;*

*IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;*

*V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*

9. Requisitos estes reiterados no Decreto 3.555/2000 (Regulamento para a modalidade de licitação Pregão):

*Art. 13. Para habilitação dos licitantes, será exigida, EXCLUSIVAMENTE, a documentação prevista na legislação geral para a Administração, relativa à:*

*I - habilitação jurídica;*

*II - qualificação técnica;*

*III - qualificação econômico-financeira;*

*IV - regularidade fiscal; e*

*V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.*

*Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III e IV deste artigo deverá ser substituída pelo registro cadastral do SICAF ou, em se tratando de órgão ou entidade não abrangido pelo referido Sistema, por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral. (grifos inexistentes no original)*

10. Ocorre, entretanto, que o Edital guerreado simplesmente ignorou o rol taxativo disposto em Lei, deixando de exigir as devidas habilitação jurídica e habilitação técnica, para o credenciamento e a participação do certame!!!

11. E, de outra sorte, fazendo exigências excessivas e indevidas, conforme se demonstrará adiante.

12. Verifica-se no Item 4.2.4- O envelope de documentos para habilitação deverá conter, em sua alínea "g" Laudo de vistoria, devidamente assinado pelo representante da licitante e pelo servidor da Prefeitura de Patos de Minas, junto à área de informática, comprovando ter feito vistoria técnica e tomado ciência de todas as informações necessárias à montagem dos planos de implantação e treinamento, conforme estabelecido item 3 do edital.

Como é possível assinar um documento comprovando ter ciência de todas as informações necessárias se os arquivos necessários para a execução dos serviços (Mapa Cartográfico, bandos de dados do CADSUS, CNES e outros sistemas oficiais, só serão fornecidos durante a demonstração dos sistemas, nem os layouts dos arquivos estão disponibilizados, segue abaixo cópia do email enviado pela prefeitura

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Christiano Nasc** - [christiano.com.br](mailto:christiano.com.br) <[christiano@christiano.com.br](mailto:christiano@christiano.com.br)>

Data: 10 de fevereiro de 2015 20:24

Assunto: Re: Fwd: Dúvidas Sobre a Licitação

Para: Vitor Santana <[vitorsantana@gmail.com](mailto:vitorsantana@gmail.com)>

O arquivo de mapa cartográfico será fornecido em formato aberto e universal de intercâmbio entre sistemas CAD, formato DXF. A versão do mesmo será mais atual.

Os bancos de dados do CADSUS, CNES e outros sistemas oficiais também serão fornecidos em suas versões mais atuais.

Considerando que os dados contidos nos arquivos são de propriedade do município os mesmos serão fornecidos durante a demonstração, conforme determinado no edital.

Os itens obrigatórios não são pontuáveis. São itens indispensáveis e deverão constar imediatamente em todos os sistemas apresentados. O não cumprimento de algum item obrigatório desclassifica a empresa.

On 10/02/2015 17:06, Vitor Santana wrote:

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Vitor Santana** <[vitorsantana@gmail.com](mailto:vitorsantana@gmail.com)>

Data: 6 de fevereiro de 2015 09:21  
Assunto: Dúvidas Sobre a Licitação  
Para: [christiano@christiano.com.br](mailto:christiano@christiano.com.br)

Bom dia Christiano!  
Tudo bem?

Então, sobre algumas dúvidas do Edital:

A questão dos mapas cartográficos, eu li no edital que os mapas serão fornecidos no dia da Análise, mas não fala qual o formato desses mapas, gostaria que verificasse pra nós qual seria o formato e se eles poderiam enviar um arquivo de exemplo. Lá também fala que vão fornecer no dia arquivos CADSUS, CNES, etc. Se possível que informassem a versão (ou disponibilizassem exemplos) desses arquivos, o CADSUS por exemplo tem várias versões.

Se puder, veja com o pessoal de Compras como funciona exatamente a pontuação, no edital diz que vão avaliar 232 pontos, mas não consideraria neste caso os pontos obrigatórios. Caso a empresa não cumpra um ponto desses obrigatórios, já estaria desclassificada? Como Funciona?

Bom, por enquanto é só! rs

E obrigado pela disponibilidade

Att,

Vitor

13. Por obviedade que a omissão ora indicada é ilícita, civando o Edital de nulidade que deve ser remediada, sob pena de anulação da licitação.

14. Premente salientar, especialmente, que indevida é a exigência de certidão (ões) ou atestados de capacidade técnica, quer sejam fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para comprovação de aptidão da licitante por desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, sobretudo com indicação de local, natureza, volume, quantidades, prazos e outros dados característicos dos serviços, com a emissão de Nota Fiscal que comprove a execução dos serviços ao emissor do atestado da capacidade técnica.

15. Dito isto, se faz necessário destacar que sua exigência aos licitantes no presente certame não possui qualquer respaldo legal!!!

16. Portanto, em completa dissonância com o Princípio da Legalidade, definido no inc. II do art. 5º, da Constituição Federal, de cujo texto se extrai que NINGUÉM É OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRTUDE DE LEI!

17. Sabidamente o edital de uma licitação é um mero ato administrativo, **POR MEIO DO QUAL NÃO PODEM SER CRIADAS NOVAS OBRIGAÇÕES E EXIGÊNCIAS!!!**

18. E, MUITO EMBORA HAJA A CONCORDÂNCIA DE QUE BOAS PRÁTICAS DEVEM SER MANTIDAS NO SEGMENTO SOB COMENTO, É INADMISSÍVEL QUE ESSA ARGUMENTAÇÃO SIRVA PARA SE ULTRAPASSAR A BARREIRA DA LEGALIDADE, IMPONDO CRITÉRIOS QUE NÃO ESTEJAM PREVIAMENTE DEFINIDOS EM LEI.

19. Note-se que a Lei 8.666, no §5º, do Art. 30, estabelece **VEDAÇÃO** A EXIGÊNCIAS NÃO PREVISTAS EXPRESSAMENTE EM LEI E QUE COMPROMETAM A AMPLA PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS na licitação:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **LIMITARSE-Á** a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

*IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II deste artigo, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, limitadas as exigências a:*

*a) quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*

*b) (VETADO)*

*§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*§ 2º As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão prévia e objetivamente definidas no instrumento convocatório.*

§ 2o As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento onvocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4o Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6o As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7o (VETADO)

§ 8o No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9o Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1o deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

20. Nesse sentido, o renomado estudioso da matéria licitações Marçal Justen Filho entende que “o edital deverá escolher os requisitos de habilitação, dentre aqueles autorizados por lei.” (in Pregão – Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico, Ed. Dialética, 5ª ed., 2009, p. 335).

21. Ademais, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU entende que “a exigência de certificações técnicas não pode ser empregada como critério de habilitação em licitação” (Ac. 512/2009, Plenário).

22.

Senão vejamos:

**ABSTENHA-SE DE INCLUIR, NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO OU CREDENCIAMENTO, EXIGÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO TÉCNICA COMPROMETEDORAS, RESTRITIVAS OU FRUSTRANTES DO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME, QUE ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RELAÇÃO AOS INTERESSADOS E/OU CONTRÁRIAS AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA LEGALIDADE, DA COMPETITIVIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, contrariando as disposições dos arts. 3º, §1º, inc. I, e 30, §1º, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1134/2011 Plenário (grifos inexistentes no original)**

*Evite incluir nos editais de licitação cláusulas que impeçam ou dificultem a participação dos interessados no certame. Acórdão 278/2011 Segunda Câmara (grifos inexistentes no original)*

23. Denota-se da presente situação que a prática desse rigorismo provoca uma diminuição considerável de ofertantes.

24. Assim, se por um lado busca-se a proteção ao interesse público, não se pode, por outro, infringir princípios da licitação que inviabilizem um maior recebimento de propostas de empresas sérias e comprometidas com a execução do contrato.

25. Em certo julgado o STJ afirmou ter entendimento jurisprudencial sobre **a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório**, a fim de **MANTER O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME**, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. (REsp 997.259/RS, julgado em 17/08/2010).

26. E assim deve ser, especialmente para evitar os famigerados **direcionamentos de licitação** que são patrocinados com elevados níveis de exigências, muitas vezes sem relação direta com o objeto da licitação e, até, contrários às normas legais vigentes.

27. Tem-se como teor dos artigos 3º e 41, da lei nº 8.666/93:

*Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio onstitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*


*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

28. Segundo Adilson Abreu Dallari:

*"(...) existem várias manifestações doutrinárias e já existe jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isto não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; interessa, consulta ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes."*

29. Em licitação a lei visa ATRAIR O MAIOR NÚMERO DE LICITANTES para prestar serviços ao Poder Público, aumentando a concorrência entre os mesmos, procurando obter melhores preços.

*MANDADO DE SEGURANÇA - Licitação. Princípio da isonomia. Dever de obediência. Um dos principais princípios das licitações públicas é o da igualdade. Tal princípio veda a existência de quaisquer privilégios entre os participantes do certame, sejam concedidos pela Administração Pública, pelo órgão licitante ou por outros órgãos da administração, decorrentes de condições artificialmente criadas pelo próprio Estado. Assim, todos os concorrentes devem ter iguais chances de vitória, o que faz com que em alguns casos devam ser tratados de forma desigual, na exata medida de sua desigualdade, visando elidir eventuais vantagens que uns tenham sobre os outros, a fim de preservar a necessária competição (TJMG - 8ª Câm.; Reexame Necessário nº 1.0346.04.007554-8/001-Jaboticatubas-MG; Rel. Des. Duarte de Paula; j. 10/3/2005; v.u.). AASP 2451.*





30. É cediça a torrencial jurisprudência contra os famigerados formalismos constantes dos editais de licitação

*LICITAÇÃO - EDITAL - APEGO A FORMALISMOS IRRELEVANTES - DESNECESSIDADE. Conquanto sejam as formalidades exigidas na licitação meios necessários para obtenção do bem comum, para garantia da igualdade de todos e para que os critérios de legalidade e impessoalidade sejam observados, não se justifica o apego ao formalismo quanto a elemento irrelevante, incapaz de comprometer o processo licitatório e a segurança das partes, tendo a finalidade sido plenamente alcançada. Por outro lado, a celebração de contrato resultante de processo licitatório não implica perda do objeto do mandado de segurança impetrado por licitante, antes de esgotado o prazo decadencial, se o que se pretende anular é o ato de declaração da vencedora, sob o fundamento de preterição de formalidades exigidas no respectivo edital, não se cogitando dos efeitos da contratação (TAMG - Ac. unân. da 5.ª Câm. Cív. julg. em 5- 2-98 - Ap. 239.272-5- Capital - Rel. Juiz Lopes de Albuquerque; in ADCOAS 8170381).*

31. O certo é que todo rigorismo formal extremo e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º).

32. Entende-se que o fim precípua da licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e, há de se entender que o **ato de exclusão de um concorrente acaba por contrariar tal intuito, em prol de um excessivo formalismo**

33. Na análise do item 4.2.5.2 o Edital diz que "... serão consideradas habilitadas mesmo que apresentem alguma restrição na documentação de comprovação de regularidade fiscal, que poderá ser regularizada posteriormente.". Não há indicação no Edital de quais os documentos são considerados para a regularidade fiscal, em seu item 4.2.4 o Edital relaciona toda a documentação necessária para a Habilitação não identificando-as por grupos de avaliação.

34. O Edital combatido deve ser retificado com a finalidade de que se torne o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.

### III.2 – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

35. Não fosse o antes exposto o suficiente, há ainda a questão de incongruência do objeto licitado, constante do Item 1 do Edital e seus Anexo XI – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO, com o seu detalhamento, no bojo do mesmo.

36. No item 1.2 do OBJETO diz que: "O sistema deve ser integrado e com troca dinâmica de informações entre os módulos".

37. O que se entende por "integrado" e "troca dinâmica de informações"? Como ela será efetuada? Como poderá ser demonstrada para sua avaliação?

38. Estas dúvidas surgem pois não há citação no Edital de qual tipo de plataforma de comunicação será utilizada (WEB, TS, etc.) e ainda será proibida a utilização de Internet durante a demonstração do sistema, conforme item 3.7 do Termo de Referência.

39. Seguindo na linha das Informações necessárias para efetuar os PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA, item 3 do Termo de Referência, nota-se a dificuldade de efetuar uma apresentação com condições de ser bem avaliada, A NÃO SER QUE A EMPRESA LICITANTE

OBTENHA INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS, ou seja fora do Edital, pois o próprio Edital não fornece informações suficientes para que se possa fazer uma boa apresentação. Senão vejamos:

- O tempo de demonstração terá a duração de 08 (oito) horas;
- A empresa deverá trazer os equipamentos necessários e os módulos do Software devidamente instalados e configurados nos mesmos, sob pena de desclassificação;
- Não será permitida a utilização de Internet durante a demonstração;

40. O item 3.5 do Edital diz que “ Serão fornecidos pela Administração materiais necessários à aplicação da Avaliação Técnica, sendo eles: Arquivos do CNES e CADSUS , Tabelas do SIA SUS e SIGTAB, Arquivos da PPI, Arquivos do PNI, Arquivos do Mapa Cartográfico.” Mas em email a Prefeitura diz que estes arquivos só serão fornecidos no momento da avaliação, inviabilizando desta forma a obrigatoriedade de trazer todo o Sistema previamente INSTALADO E CONFIGURADO, até porque o tempo de demonstração será de 08 (oito) horas. Estas horas afinal serão utilizadas para demonstrar o SISTEMA ou CONFIGURÁ-LO na presença da Comissão de Licitação.

41. Reiteramos o entendimento que para se ter condições de efetuar uma demonstração em condições de satisfazer todas as exigências do Edital **SOMENTE COM INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS** obtidas junto à Prefeitura.

### III.3 - DO DESCRITIVO DO SISTEMA

42. Em análise mais detalhada dos itens relacionados no Termo de Referência do Edital de Concorrência nº 016/2014 constata-se que, em sua totalidade inclusive com os mesmos erros de grafia, os módulos, abaixo descritos, apresentam o mesmo conteúdo de editais de outros municípios.

43. No município de Lagoa Santa/MG a empresa vencedora, e com contrato assinado, é VIVVER SISTEMAS LTDA-EPP com sede em Belo Horizonte.

44. Outros municípios que apresentam Editais, com esta mesma particularidade, são Montes Claros e Mariana, ambos de Minas Gerais, que por coincidência o Edital de MARIANA foi vencido pela empresa VIVVER e está em fase de homologação para posterior assinatura de contrato.

45. Acreditamos que em uma pesquisa mais detalhada encontraremos outros municípios na mesma situação.

46. Há de salientar que em seu item 5 do Termo de Referência a Licença de Uso do Software tem a duração de 12 (doze) meses e os Preços Máximos e o Prazo de Contrato de 48 (quarenta e oito meses).

47. Causa estranheza este prazo contratual, já que a grande maioria dos municípios, utilizando as regras da lei 8666/93, faz uma CONTRATAÇÃO ANUAL com a possibilidade de prorrogação até o limite de 60 (sessenta) meses.

48. Se o contrato será reajustado anualmente por qual razão ele não poderá ser anual, permitindo a Prefeitura uma melhor fiscalização e possibilidade de troca de fornecedor caso não esteja satisfeita com o serviço, ou surja no mercado serviço melhor qualidade ou com menor preço.

49. **A não retificação dos pontos ora suscitados, e Impugnados, implicará na anulação processo licitatório em questão!!!**

### IV – DOS PEDIDOS

50. Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados, e na plena convicção e certeza

de que os atos aqui apontados, explicitados e fundamentados, quanto ao Edital que ora se encontra com vícios insanáveis, contrariando Princípios da Administração Pública, a empresa Impugnante, vem, nos termos da Legislação Vigente, e suas alterações, e ademais, das demais normas que sobrepõem sobre a matéria, requerer:

51. A devida **RETIFICAÇÃO** do Edital, adequando todo o seu conteúdo ao OBJETO licitado, **a uma**, estabelecer os devidos requisitos para a efetiva habilitação jurídica e técnica dos licitantes; **a duas**, especificando as informações técnicas dos Módulos de Sistemas a serem utilizados na prestação de serviços; **a três**, fornecendo todas as informações e materiais necessários, incluindo os arquivos e cadastros, para a Avaliação Técnica.

52. Caso contrário, haverá a incidência, por obviedade, em prevaricação, conforme previsto no Código Penal Brasileiro, em seu art. 319:

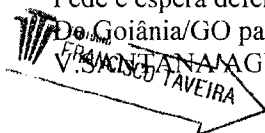
*Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:  
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.*

53. *Ex positis*, requer e espera meticulosa atenção desta COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para acolher as alegações trazidas a lume, e, conseqüentemente, rejeitar o Edital em apreço, **SUSPENDENDO** o ato convocatório, determinando posterior republicação do Edital, com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente.


Nestes termos,

Pede e espera deferimento,

De Goiânia/GO para Patos de Minas/MG, 12 de fevereiro de 2015.

  
V. SANTANA AGENCIA WEB E SISTEMAS LTDA


  
V. SANTANA AGENCIA WEB E SISTEMAS LTDA


 **CARTÓRIO FRANCISCO TAVEIRA**  
Av. Tocantins, 283, Centro, CEP 74015-010, Goiânia - GO. Telefone: 62 3212 1030

Selo: 02001501301501307007181 consulte em <https://extrajudicial.go.ios.br/selo>

Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de V. SANTANA AGENCIA WEB E SISTEMAS LTDA. ME, representada por RITA GRASIELLY DE PAULA SANTANA, por ter sido aposta em minha presença. "0107" FE1BN8QDS-1248080-10" Dou fe. Goiânia 13/02/2015 09:46:50h. Emolumentos: R\$3,55, ISS: R\$0,16.

Em Test \_\_\_\_\_ da Verdade

  
Alexandra Sateles Fabiani  
Escrivente



TESTEMUNHA ORIGINAL E ORIGINAL